GIA S.A - INTIMO as partes para ciência da conversão da audiência presencial em audiência virtual e para até a data da respectiva audiência de conciliação, instrução e julgamento, limitado à 15 (quinze) minutos de antecedência do horário designado, as partes deverão indicar o número de telefone da parte reclamada e preposto da empresa, se for o caso e da parte reclamante, bem como dos respectivos advogados, que tenham acesso ao aplicativo whatsapp e e-mail para possibilitar a realização da audiência virtual, sob as penalidades da Lei.

ADV: MARCOS MAIA PEREIRA (OAB 3799/AC) - Processo 0701117-62.2020.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Maria Amelia Teles Coelho - RECLAMADO: Centrape - Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - INTIMO as partes para ciência da conversão da audiência presencial em audiência virtual e para até a data da respectiva audiência de conciliação, instrução e julgamento, limitado à 15 (quinze) minutos de antecedência do horário designado, as partes deverão indicar o número de telefone da parte reclamada e preposto da empresa, se for o caso e da parte reclamante, bem como dos respectivos advogados, que tenham acesso ao aplicativo whatsapp e e-mail para possibilitar a realização da audiência virtual, sob as penalidades da Lei.

ADV: GILLIARD NOBRE ROCHA (OAB 2833/AC), ADV: EMMILY TEIXEIRA DE ARAÚJO (OAB 3507/AC), ADV: FELIPPE FERREIRA NERY (OAB 3540/AC), ADV: FELIPE HEITOR TREVISAN (OAB 4449/AC), ADV: ROCHA FILHO, NOGUEIRA E VASCONCELOSS ADVOGADOS (OAB 16/RO) - Processo 0701159-14.2020.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Sancelia Nazare Luz de Lima - RECLAMADO: ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A - INTIMO as partes para ciência da conversão da audiência presencial em audiência virtual e para até a data da respectiva audiência de conciliação, instrução e julgamento, limitado à 15 (quinze) minutos de antecedência do horário designado, as partes deverão indicar o número de telefone da parte reclamada e preposto da empresa, se for o caso e da parte reclamante, bem como dos respectivos advogados, que tenham acesso ao aplicativo whatsapp e e-mail para possibilitar a realização da audiência virtual, sob as penalidades da Lei.

ADV: MATHAUS SILVA NOVAIS (OAB 4316/AC) - Processo 0701160-96.2020.8.01.0007 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Maria das Dores da Silva Nogueira - RECLAMADO: Banco do Brasil S/A - INTIMO as partes para ciência da conversão da audiência presencial em audiência virtual e para até a data da respectiva audiência de conciliação, instrução e julgamento, limitado à 15 (quinze) minutos de antecedência do horário designado, as partes deverão indicar o número de telefone da parte reclamada e preposto da empresa, se for o caso e da parte reclamante, bem como dos respectivos advogados, que tenham acesso ao aplicativo whatsapp e e-mail para possibilitar a realização da audiência virtual, sob as penalidades da Lei.

IV - ADMINISTRATIVO

PRESIDÊNCIA

TERMO ADITIVO

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE E A EMPRESA MPM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA O SISTEMA ELÉTRICO DO AMBIENTE SEGURO.

Processo nº 0000207-39.2016.8.01.0000

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre, com sede em Rio Branco, na Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde, inscrito no CNPJ sob o nº 04.034.872/0001-21, doravante denominado contratante, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **Francisco Djalma**, e a empresa MPM Comércio e Serviços Ltda-EPP, inscrita no CNPJ nº 09.531.729/0001-69, denominada contratada, representada por Olávio José Guimarães, portador da carteira de identidade nº M903652 SSP/MG, e CPF nº 222.490.286-72, regerá pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO – Renovar, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, o prazo de vigência do instrumento original, por 03 (três) meses e 25 (vinte e cinco) dias, no período de 17 de janeiro de 2021 a 12 de maio de 2021, conforme abaixo:

2.1. O valor global do Contrato é de R\$ 97.673,25 (noventa e sete mil seiscentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstrado a seguir:

2.1.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: R\$ 47.673,25 (quarenta e sete mil seiscentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos);

2.1.2. FORNECIMENTO DE PEÇAS: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

GRUPO 01 – SISTEMA DE ELÉTRICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Contratação do serviço de Manutenção Preventiva do Sistema de Elétrico, do Ambiente Seguro do TJAC, conforme especificações e condições constantes neste Termo de Referência.	MÊS	03 meses e 25 dias	R\$ 9.854,00	R\$ 37.773,67
2	Contratação do serviço de Manutenção Corretiva do Sistema de Elétrico, do Ambiente Seguro do TJAC, conforme especificações e condições constantes neste Termo.	HORA/TÉCNICA	150	R\$ 206,60	R\$ 9.899,58
TOTAL					R\$ 47.673,25
3	Percentual de desconto sobre as peças, o qual incidirá sobre a Tabela Oficial de Preços dos fabricantes dos equipamentos. R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)	5%			
TOTAL GLOBAL: O valor global do Contrato é de R\$ 97.673,25 (noventa e sete mil seiscentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos).					

CLÁUSULA SEGUNDA – Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

E, estando as partes assim acordadas, firmam o presente Termo de igual teor e forma, a fim de que produza os efeitos jurídicos legais.

Publique-se.

Rio Branco-AC, 15 de janeiro de 2021.

Documento assinado eletronicamente por Desembargador **FRANCISCO DJALMA da Silva**, Presidente, em 15/01/2021, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **OLAVIO JOSE GUIMARAES**, Usuário Externo, em 15/01/2021, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Processo Administrativo nº:0000125-32.2021.8.01.0000

Local:Rio Branco

Unidade:ASJUR

Relator:Presidência

Requerente:Mário da Silva Costa Argolo

Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Assunto:Opção da remuneração de 40% acrescida da remuneração do cargo em comissão por substituição

DECISÃO

Trata-se de requerimento administrativo protocolizado pelo servidor Mário da Silva Costa Argolo, através do qual pleiteia o pagamento de 40% (quarenta por cento) da remuneração do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Secretaria, Código CJ5-PJ, da área Jurisdicional Ordinária (Secretaria Criminal) e Subsecretaria do Juizado Especial Criminal da Comarca de Bujari, em razão de substituir o Diretor de Secretaria da referida unidade, no período de 11 a 15 de janeiro de 2021, nos termos da Portaria nº 04/2021 (Evento nº 0906682).

Da análise dos autos depreende-se manifestação favorável da Assessoria Jurídica da Presidência à concessão do pagamento requerido, por meio do Evento SEI nº 0908754.

Isto posto, ACOLHE-SE a Manifestação da Assessoria Jurídica (Evento SEI nº 0908754), HOMOLOGANDO-SE a Decisão proferida pela DIPES (Evento SEI nº 0906778), conforme dispõe o Art. 13, XIII, "c", da Resolução nº 180/2013 e DEFERINDO-SE ao requerente Mário da Silva Costa Argolo o pagamento do percentual de 40% (quarenta por cento) da remuneração do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Secretaria, Código CJ5-PJ, da área Jurisdicional Ordinária (Secretaria Criminal) e Subsecretaria do Juizado Especial Criminal da Comarca de Bujari, por ter substituído o Diretor de Secretaria da referida unidade, no período de 11 a 15 de janeiro de 2021, nos termos da Portaria nº 04/2021, com fundamento no Art. 42, § 1º, II, c/c Art. 45, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, todos da Lei Complementar Estadual nº 258/2013 e nos Arts. 2º e 3º, da Resolução nº 03/2013, do Conselho da Justiça Estadual.

À Diretoria de Gestão de Pessoas - DIPES e a Diretoria de Finanças e Custos - DIFIC para conhecimento desta decisão e anotações de praxe, cabendo à DIFIC o pagamento do percentual de 40% (quarenta por cento) da remuneração do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Secretaria, Código CJ5-PJ, no período de 11 a 15 de 2021, que ficará condicionado à certificação de disponibilidade financeira e orçamentária, conforme orienta o Art. 13, XIII, "c", da Resolução nº 180/2013, do Tribunal Pleno Administrativo.

À Secretaria de Apoio aos Órgãos Julgadores Administrativos – SEAPO para a publicação desta decisão no Diário da Justiça e, também, efetuar a notificação e/ou intimação da Requerente.

Cumpra-se, efetuando-se as anotações de praxe, de tudo dando ciência a quem de direito.

Desembargador **Francisco Djalma**

Presidente